

A BASÍLICA PALEOCRISTÃ E O EDIFÍCIO PALATINO DE ST.^a MARTA DAS CORTIÇAS (FALPERRA): AS ESCAVAÇÕES DE F. RUSSELL CORTEZ E DE J. J. RIGAUD DE SOUSA

MÁRIO JORGE BARROCA*

ANDREIA AREZES*

RUI MORAIS**

RESUMO

Entre as décadas de 50 e 70 do século XX, o sítio da Falperra foi sujeito a diversas campanhas de escavações arqueológicas. Partindo de manuscritos e demais elementos inéditos, incorporados no arquivo Russell Cortez, procede-se a uma análise crítica das estruturas arquitectónicas (basílica paleocristã e edifício palatino). Apresenta-se, igualmente, numa análise preliminar, alguns materiais arqueológicos nunca abordados de modo sistemático (*sigillatas* hispânicas tardias, africanas e focéenses; cerâmicas de produção local/regional; um ponderal bizantino; uma fíbula damasquinada; e uma *pizarra* de desenho).

Palavras-chave: Antiguidade Tardia; basílica paleocristã; edifício palatino; cerâmicas e metais (séc. V a VIII)

ABSTRACT

Between the fifties and the seventies of the twentieth century, several archaeological excavation campaigns were carried out in the archaeological site of Falperra. Based on manuscripts and on other unpublished elements, incorporated in Russell Cortez archives, we develop a critical analysis on the architectonic structures (an Early

Christian basilica and a palatine building). We also present a preliminary analysis of a set of archaeological artefacts never systematically studied (Late Hispanic, African and Phocaeen Red Slip ware; local/regional pottery; a Byzantine weight; a damascene fibulae; and a drawing slate).

Key Words: Late Antiquity; Early Christian basilica; palatine building; pottery and metallic artefacts (5th-8th century).

Em 1953 realizou-se o «III Congresso Nacional de Arqueologia», que congregou os principais nomes da investigação arqueológica espanhola da época. O Congresso teve lugar na Galiza e, aproveitando a proximidade geográfica, comportou uma deslocação de quatro dias a Portugal, entre 23 e 26 de Julho de 1953. O programa dessa jornada, que ficou conhecida como «Extensão a Portugal do III Congresso Espanhol de Arqueologia», compreendia, no primeiro dia,

* FLUP – CITCEM.

** FLUP – CECH.

uma recepção na Câmara Municipal de Braga, uma visita à Fonte do Ídolo e a inauguração de uma exposição sobre a arqueologia de *Bracara Augusta*, acompanhada pela apresentação de trabalhos de três investigadores portugueses (Alberto Feio, Arlindo Ribeiro da Cunha e Fernando Russell Cortez) (S/A, 1953-54: 215-234). No dia 24, os congressistas rumaram a Guimarães, onde foram recebidos na Sociedade Martins Sarmento, visitaram este museu, o Museu Alberto Sampaio e a Citânia de Briteiros, e ouviram mais três comunicações de arqueólogos portugueses (Mário Cardozo, Afonso do Paço e Carlos Teixeira) (S/A, 1953: 660-710). Na viagem de regresso a Braga, ao final da tarde, pelas 17 horas, visitaram o «*Oppidum*» de Santa Marta da Falperra e, pelas 18 horas, assistiram a uma nova sessão de três comunicações de investigadores nacionais (Francisco Veloso, Arqt.º João de Moura Coutinho e Sérgio da Silva Pinto). No dia 25 de Julho, viajaram até ao Porto, sendo recebidos na Universidade do Porto, visitado monumentos e assistido a novas intervenções de investigadores portugueses. E, por fim, no dia 26 de Julho, depois de três dias de intenso programa, regressaram de novo à Galiza.

A visita dos arqueólogos espanhóis foi o motivo que espoletou as primeiras escavações *sistemáticas* no sítio de Santa Marta das Cortiças, na Falperra. Com efeito, foi no âmbito da programação desta visita que a Câmara Municipal de Braga, no desejo de ter algumas ruínas arqueológicas para mostrar aos congressistas, decidiu promover escavações arqueológicas. Para o efeito foram encarregados da direcção dos trabalhos arqueológicos o Dr. Fernando Russell Cortez (1913-1994), o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha (1906-1976) e o Dr. Sérgio da Silva Pinto (1915-1970), então Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Braga. Dada a urgência dos trabalhos, que tinham de revelar vestígios significativos a tempo da visita dos congressistas, a campanha de 1953 foi parti-

cularmente intensa, tendo-se sucedido uma segunda campanha, já mais curta, no ano de 1954.

Em 2014, num ato de grande generosidade que nos apraz aqui registar, a família do Dr. Fernando Russell Cortez decidiu oferecer o espólio bibliográfico deste Arqueólogo ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A ordenação dos espécimes bibliográficos e de outros elementos de arquivo permitiu-nos identificar vários documentos inéditos relacionados com as escavações arqueológicas na Falperra – sobretudo a campanha de 1954 – que foram o motivo para (re)visitarmos este sítio arqueológico, tão importante para a compreensão da Antiguidade Tardia no Noroeste Peninsular.

AS ESCAVAÇÕES

A estação arqueológica de Santa Marta das Cortiças ou da Falperra já era conhecida da bibliografia arqueológica nacional muito antes dos trabalhos de 1953. As primeiras referências devem-se a Francisco Martins Sarmento (1833-1899) que citou a Falperra num trabalho datado de 1883 (Sarmiento, 1933: 166) e a registou nos seus apontamentos, em nota atribuível sensivelmente à mesma época (Sarmiento, 1999: 253-254). Trata-se, no entanto, de menções muito curtas e lacónicas. Com efeito, Sarmiento limitou-se a reportar a existência, no povoado, de duas linhas de muralhas e o aparecimento de «*cacos*» e «*telhas*».

Depois de Martins Sarmento, também Albano Belino (1865-1906) dedicou alguma atenção à Falperra, estação arqueológica mencionada em dois dos seus estudos (Belino, 1900 e 1909). No artigo de 1909, já publicado postumamente, revela mesmo que teria realizado escavações neste local, as primeiras de que temos conhecimento. Estas escavações, que estão muito mal documentadas, tiveram lugar em 1899, como se depreende de uma série de pequenas notícias publicadas no *Comércio do Minho* entre Junho e Agosto desse ano, resgatadas do esquecimento pelo paciente labor de Eduardo Pires de Oliveira (Oliveira, 1985: 41-42, notícias n.º 42 a 45). As escavações incidiram sobre uma zona «*no vastíssimo espaço compreendido, pelo lado sul, entre a primeira e a segunda muralhas*», registando-se o aparecimento de «*duas casas circulares*», ocorridas «*dentro de fortes construções quadradas em que foram empregues grandes blocos*» (Belino, 1909: 15). O autor refere, ainda, o achado de 5 moedas do Baixo Império (de Constantino, Constante e Constâncio), de dois fragmentos de bronze e de vários fragmentos de um vaso de vidro «*amarelo-claro*» (Belino, 1909: 16). Acrescenta, por fim, informação sobre uma «*grande pedra com letras*», removida do local uns oito anos antes das suas escavações e já então de paradeiro desconhecido (Belino, 1909: 15).

Depois de Albano Belino, e salvo esporádicas referências (Teixeira, 1936; Lopez Cuevillas e Lorenzo Fernández, 1946), a estação da Falperra ficou praticamente esquecida durante meio século, até 1953, data do referido Congresso e a consequente promoção de escavações arqueológicas. Como referimos, a direcção científica dos traba-

lhos ficou a cargo do Dr. Fernando Russell Cortez, do Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e do Dr. Sérgio da Silva Pinto. Este último teve uma presença muito esporádica no terreno, pelo que, verdadeiramente, a direcção dos trabalhos arqueológicos deve ser atribuída aos dois primeiros. As escavações arrancaram no dia 21 de Maio de 1953 (Cunha, 1953-54: 242). A visita dos arqueólogos espanhóis ocorreu dois meses depois.

No início, as relações entre os dois responsáveis pela intervenção pareciam ser cordatas. Mas o desenrolar dos trabalhos haveria de criar problemas insanáveis. E as profundas divergências entre o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e Fernando Russell Cortez, centradas sobretudo na metodologia de escavação adoptada e na interpretação das estruturas aparecidas, acabariam por ditar o fim das campanhas, das quais quase nada foi publicado. Fernando Russell Cortez nunca publicou nada sobre a Falperra. O Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha referiu-se à Falperra em três estudos, sempre de forma breve e muito incompleta, que não deixam transparecer a sua importância nem a dimensão dos trabalhos realizados (Cunha, 1954a; 1954b; 1975).

Depois de, em 1954, terem sido oficialmente encerradas as escavações, o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha continuou a intervir. Em Fevereiro de 1955 estava a escavar na Falperra e, ao longo da década de 50, ordenou a abertura de mais algumas valas, na zona a sul do edifício basilical, sobre as quais nada sabemos. A sua metodologia de escavação, mandando abrir valas paralelas às faces das paredes, com o intuito de colocar estas a descoberto, prejudicaram seriamente a interpretação estratigráfica. Seria preciso aguardar mais de uma década para que a Falperra voltasse a conhecer escavações sistemáticas. A partir de 1966, primeiro sob a direcção de J. J. Rigaud de Sousa e de D. Domingos de Pinho Brandão, e depressa apenas sob a responsabilidade do primeiro (por compromissos da vida religiosa do segundo), a Falperra voltou a conhecer campanhas arqueológicas. Pela bibliografia conhecida sabemos que as campanhas se prolongaram pelo menos entre 1966 e 1970 (Sousa, 1968-70). Mas o certo é que, nas reservas do Museu D. Diogo de Sousa, em Braga, se encontra depositado espólio marcado com datas anteriores e posteriores. Com efeito, ali encontramos materiais marcados de 1960, 1962, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974. A actividade arqueológica na Falperra foi, portanto, muito mais extensa do que a bibliografia deixa transparecer e, aparentemente, entre 1966 e 1974 conheceu sempre campanhas anuais.

Em época ainda mais recente, a Falperra voltaria a conhecer novas intervenções: uma primeira, de conservação, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, em 1984; e depois duas campanhas de escavação, dirigidas pela Prof. Doutora Manuela Martins, da mesma Unidade de Arqueologia, em 1985 e 1986.

O nosso estudo irá centrar-se apenas sobre as campanhas de Fernando Russell Cortez e Arlindo Ribeiro da Cunha (1953-54) e de J. J. Rigaud de Sousa e D. Domingos de Pinho Brandão (1966 e ss.), valorizando os dados de arquivo das primeiras, ora depositados no DCTP (mormente o Relatório da Campanha de 1954, documentos epistolares, apontamentos diversos, desenhos e fotografias) e os materiais arqueológicos procedentes das campanhas de Rigaud de Sousa, depositados no Museu

D. Diogo de Sousa e nunca sistematicamente estudados¹.

Antes de entrar na análise dos dados conhecidos sublinhemos que, no que respeita ao registo gráfico (desenhos de campo), as duas intervenções arqueológicas contaram com nomes significativos. As estruturas e estratigrafia das campanhas de Fernando Russell Cortez e Arlindo Ribeiro da Cunha foram desenhadas pelo Arqt.^o António Menéres (então ainda estudante da Escola Superior de Belas Artes do Porto, futuro docente da ESBAP e da FAUP); as estruturas das campanhas de J. J. Rigaud de Sousa foram registadas pelo Arqt.^o Fernando Lanhas, figura de relevo nas Artes Plásticas contemporâneas, que desde cedo manifestou grande interesse pela Arqueologia. Aos dois se deve a invulgar qualidade gráfica dos registos.

AS ESTRUTURAS

As escavações de 1953-54 incidiram sobre duas zonas distintas da estação arqueológica: uma, na área intramuros, voltada a Nascente; e outra, na zona superior, nas imediações da Capela de Santa Marta das Cortiças. Esta capela é um modesto templo dos inícios do século XVI, com reformas posteriores. Resulta da iniciativa do Arcebispo D. Diogo de Sousa, que «*fez a ermida de Santa Martha de novo, porque a velha era já derribada*» (Soares, 2003: 100). Como se depreende desta notícia, o monte já estava sacralizado por um edifício anterior. Com efeito, a documentação medieval designa este monte pelo orago de Santa Marta desde, pelo menos, o ano de 900 (LF 174, de 28 de Junho), sintoma de que, muito provavelmente, já então teria um pequeno templo. Desse edifício do século IX ou X não conhecemos vestígios sobreviventes. O único testemunho de um espaço de culto anterior ao de D. Diogo de Sousa, certamente o que estava em ruínas nos inícios do século XVI, é um

capitel vegetalista gótico, que o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha publicou como sendo «visigótico» (Cunha, 1954b: 9-10), que foi recolhido no Museu Pio XII, em Braga, por oferta do pároco de Esporões (Rosário, 1973: 62, SL 84) e que já figurou como pertencente a esse museu na exposição de Arqueologia Bracarense organizada por ocasião do «III Congresso Nacional de Arqueologia» (S/A, 1953-54: 231, n.º 75).

Como referimos, as escavações de 1953-54 incidiram sobre duas zonas distintas da estação arqueológica. Na primeira área, na zona intramuros voltada a Nascente, apareceu espólio que atesta a ocupação do monte desde a Pré-História Recente (um raspador em sílex, uma «machadinha neolítica», uma «goiva polida», fragmentos de cerâmica «tipo Penha», etc.) e vários testemunhos do povoado da Idade do Ferro. Na segunda zona, a que mais nos interessa, encaixada entre afloramentos na parte superior, foram identificados dois conjuntos importantes de estruturas arqueológicas (Fig. 1 e 2): um núcleo A, implantado junto da actual estrada de acesso ao alto de Santa Marta das Cortiças, a ocidente da base do monumento a Nossa Senhora da Assunção, que compreende uma série de muros de estruturas habitacionais; e um núcleo B, um pouco mais recuado, hoje parcialmente cortado pelo caminho que liga a Capela de Santa Marta das Cortiças ao monumento a Nossa Senhora da Assunção, onde foi possível reconhecer uma basílica paleocristã².

As estruturas do núcleo A, consideradas usualmente habitacionais, afiguram-se de interpretação complexa. Neste núcleo foram postos a descoberto vários muros paralelos e perpendiculares, alguns definindo compartimentos, outros criando pelo menos dois espaços de circulação, que oferecem dificuldades interpretativas (Fig. 3). Não sabemos se eles correspondem todos a uma mesma fase construtiva, ou se encerram alguma diacronia. Em todo o caso, a funcionalidade destas estruturas não está estabelecida.



Figura 1 – Falperra – Fotografia aérea com localização das principais estruturas (A – Estruturas habitacionais; B – Basílica paleocristã; C – Estrutura áulica).

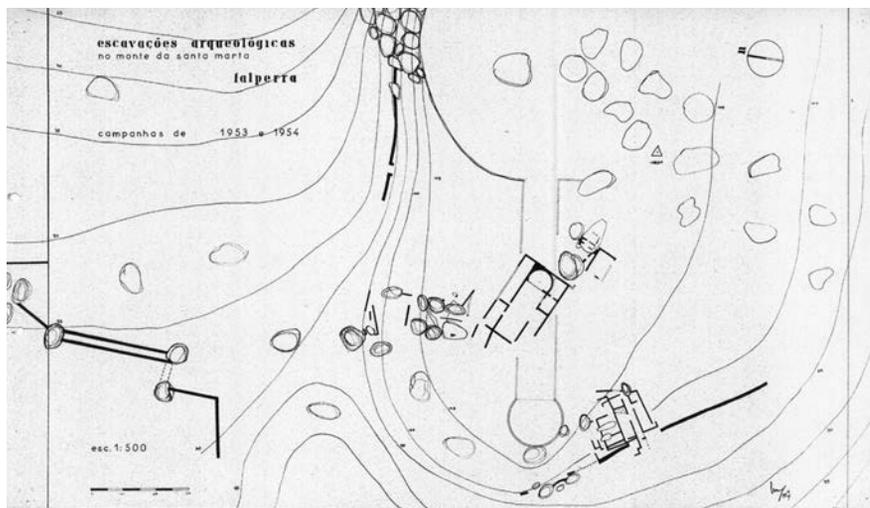


Figura 2 – Planta geral das estruturas arqueológicas da Falperra (Relatório das Escavações de F. Russell Cortez, 1954).

Centremos a nossa atenção nas estruturas do núcleo B, a nosso ver bem mais elucidativas (Fig. 4). Na interpretação de Russell Cortez, as campanhas de 1953-54 colocaram a descoberto uma estrutura de três naves, culturalmente orientada (Nascente-Poente), com fachada ocidental recta, dois muros do *narthex* (?) (embora com um assinalável desvio axial, o que suscita dúvidas) e uma cabeceira absidial inscrita (isto é, curvilínea no interior e recta no exterior). A cabeceira era ladeada por dois compartimentos, também de remate exterior rectificadado: do lado do Evangelho (ou lado Norte), o *Diaconicon* ou *Secretarium*; do lado da Epistola (ou lado Sul), a *Prothesis*. Se a interpretação de Russell Cortez estava correcta, e a Falperra era uma basílica de três

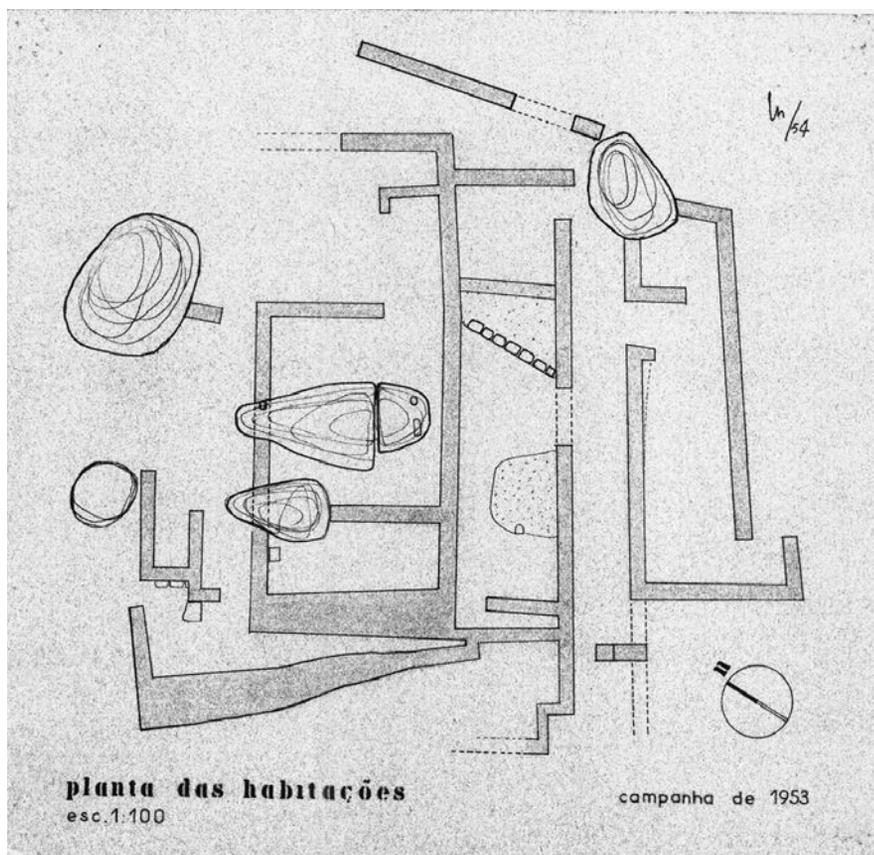


Figura 3 – Planta das estruturas do Núcleo A da Falperra (Relatório das Escavações de F. Russell Cortez, 1954).

naves, então teremos de admitir que, num momento posterior, as duas naves laterais foram segmentadas em espaços menores, pela construção de paredes transversais. Nas suas dimensões máximas, a Basílica da Falperra tinha 16 metros de largura e 25 metros de comprimento. A nave central apresentava uma largura de 7,2 metros e as naves laterais 3,5 metros (Fig. 4)³.

Fernando Russell Cortez acreditou, desde a primeira hora, estar perante uma basílica paleocristã «anterior ao século VII», com abside ladeada pelo *Diaconicon* e pela *Prothesis*. Isso transparece do seu «Caderno de Campo» e do *Relatório da 2.ª Campanha de Escavações*, que é de sua autoria (Cortez, Pinto e Cunha, 1954). Neste Relatório escrevia: «A planta desta basílica cristã, exteriormente com a forma rectangular e interiormente dividida em três naves com a central predominante e rematada por uma abside em arco de círculo ultrapassado, a 1/3, o Sanctuarium, e a nave direita finalizada pelo Diaconium [Sic] e a esquerda com a sua Prothesis com uma sacristia anexa, apresenta-nos uma forte influência africana seguindo protótipos originários da Síria do Norte» (Cortez, Pinto e Cunha, 1954: 5) (Fig. 7).

A mesma opinião é corroborada num apontamento manuscrito não datado, que chegou inédito até hoje, e onde Russell Cortez escrevia: «A planta da Basílica agora descoberta está orientada L/O e mede: 25 x 16 e não tem vestíbulo anterior Narthex. A disposição da sua planta – de forma muito típica – é muito semelhante às de Manacor, Son Peretó, Son Bou, Vega del Mar, Arnal, etc. A abside, cuja parte interna é de forma semi-circular ultrapassada, mais de 1/3 – característica visigótica – está situada no interior de uma parede recta, construída na mesma altura e da qual faz parte integrante e tem adossada lateralmente duas celas

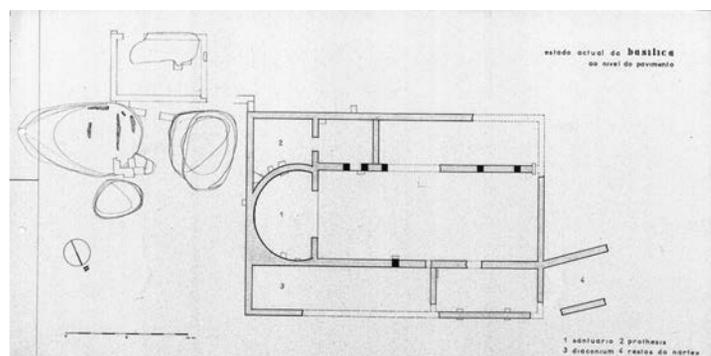
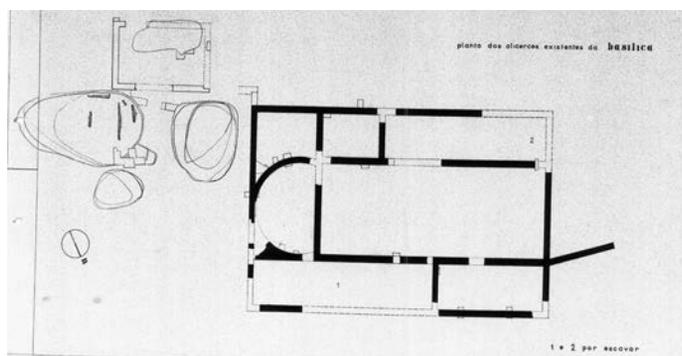


Figura 4A e 4B – Plantas da Basílica paleocristã da Falperra (Relatório das Escavações de F. Russell Cortez, 1954).

rectangulares. Um diaconium [sic] à esquerda e uma prothesis à direita. Esta disposição absidial condiciona a divisão da igreja em três naves. A central de 7,20 de largura e as laterais de 3,5 m. As naves seriam separadas por vários arcos ultrapassados que repousavam sobre pilastras adossadas a impostas emergentes das paredes ou sobre colunas de [que] restam pelo menos dois troços de fustes cilíndricos. As duas celas laterais à abside comunicam por aberturas com as naves laterais, sem comunicação com o interior da abside. Todos estes elementos estruturais aconselham-nos a buscar na África do Norte os antecedentes desta basílica da Falperra, e em caminho inverso à da sua origem seguir a costa africana pelo Egipto, Palestina até à Síria do Norte, onde nasce esta forma arquitectónica especial das absides e da coberta com pilastras e arcos, como recentemente ficou demonstrado por J. Lassus⁴. Não queremos entrar em pormenores, nem é este é [sic] o local para referir todas as localidades onde apareceram construções religiosas cujas formas recordam as da Basílica da Falperra. A lista seria interminável e as suas características iriam ficando documentadas uma a uma. Esta basílica bracarense é, no momento, a melhor igreja paleocristã do norte de Portugal, uma das maiores da Península, e uma das mais cuidadosamente escavadas e o seu estado de conservação, apesar de situar-se mesmo na crista do monte de Santa Marta, permite inclui-la na dos tipos dos primeiros séculos do Cristianismo. Nada se afasta da visão que temos das modas construtivas dos nossos cristãos primitivos. Quanto à sua cronologia é q(ue) se complica o problema: a pureza da sua forma, a sua disposição e a rusticidade dos elementos construtivos podiam indicar as proximidades do século V. = Aparelho das paredes. = O facto do diaconium aparecer vazio, sem ser transformado em baptistério, indica-nos que este ainda desempenhava a sua primitiva função litúrgica confirma em parte a mais remota cronologia».

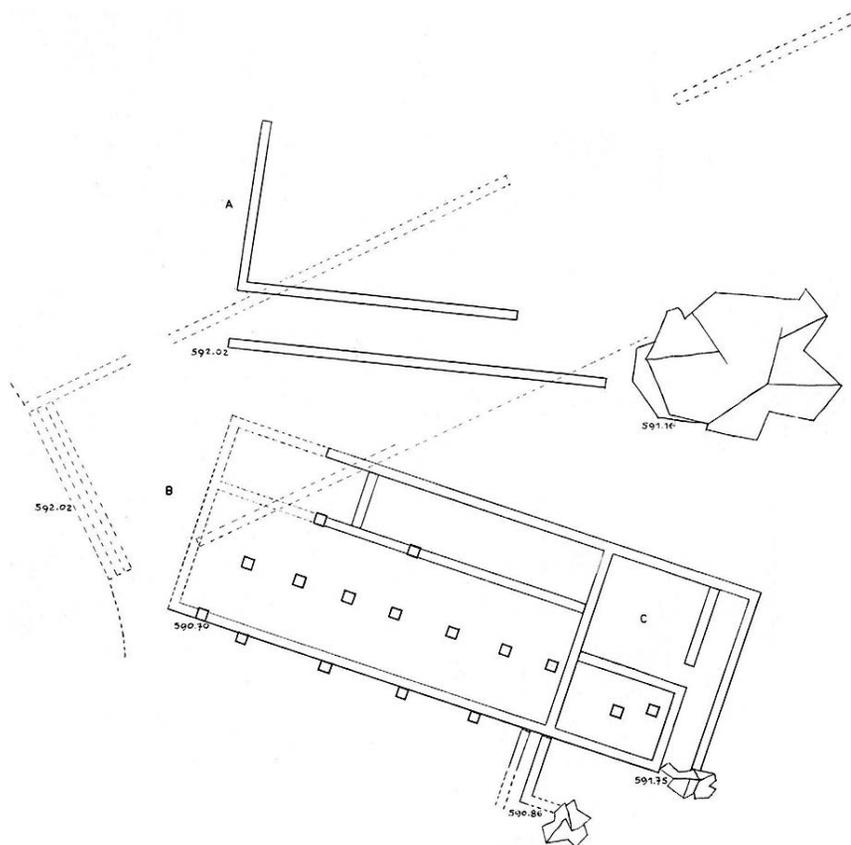


Figura 5 – Planta da estrutura áulica da Falperra (seg. J. J. Rigaud de Sousa, 1970).

Este apontamento inédito, que devia ser o rascunho de alguma publicação que Russell Cortez estava a preparar (ou, talvez, da sua intervenção junto das ruínas da Falperra, durante a visita dos congressistas espanhóis, em 24 Julho de 1953), revela como o autor estava actualizado, quer do ponto de vista bibliográfico, quer do ponto de vista da problemática.

Mas o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha entendia de forma diversa, recusando a interpretação das ruínas da Falperra como uma basílica, tendo mesmo sugerido tratar-se de um «mausoléu»: «Não foi ainda removido o interior do único edifício redondo, que no começo quase sugeria a abside duma basílica paleo-cristã; mas nada me admiraria se se viesse a provar que essa construção era afinal o mausoléu de algum chefe, no género do de Teodorico em Ravena, embora muito mais modesto. Esta hipótese, que formulo a medo, alguma confirmação receberá do facto de lá ter aparecido um osso humano» (Cunha, 1954: 243). Em 1975 Arlindo Ribeiro da Cunha voltaria a ocupar-se da Falperra, no primeiro apartado do seu artigo «Trepando aos montes». Aqui, curiosamente, apesar de voltar a publicar, de forma quase integral, o texto de 1954, omite duas passagens: a que referia a «direcção superior e responsabilidade técnica do Sr. Dr. Russell Cortês» e a passagem sobre a sua primeira interpretação da Basílica da Falperra, sobre a qual prefere, agora, remeter-se ao silêncio (Cunha, 1975: 488 e 489).

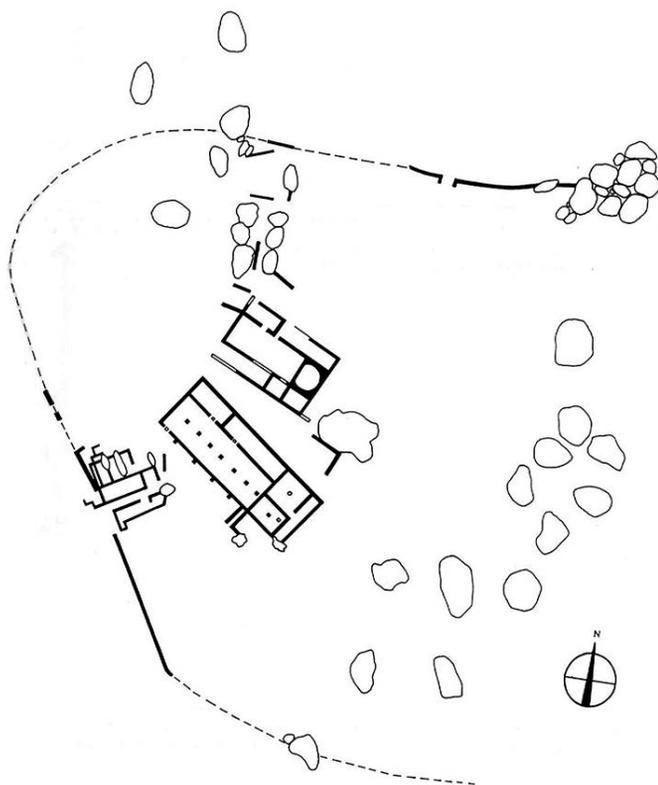


Figura 6 – Planta geral das estruturas arqueológicas da Falperra – síntese das estruturas identificadas nas escavações de F. Russell Cortez e J. J. Rigaud de Sousa (seg. M. Real 2001).

Em parte, devido às divergências interpretativas, mas sobretudo devido a profundas divergências metodológicas sobre a forma como os trabalhos arqueológicos estavam a ser conduzidos no terreno, a colaboração entre Fernando Russell Cortez e o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha começou a esmorecer a partir de Outubro de 1954, quando ainda decorriam os trabalhos da 2.^a Campanha de Escavações (iniciada a 8 de Setembro desse ano), que Russell Cortez abandonou antes de 10 de Outubro de 1954. E acabaria formalmente em 1955.

Aos olhos de hoje, parece claro que a opinião do Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha não tinha qualquer validade. Arlindo Ribeiro da Cunha era, de resto, pouco conhecedor da *cultura arqueológica*, o que transparece em todos os seus escritos. Espelhava o interesse que quase todos os párcos tinham por temas de Arqueologia, fruto da sua formação em Seminário, mas com sérias limitações a nível teórico. No extremo oposto, Russell Cortez era, à sua época, um dos mais promissores arqueólogos portugueses, um homem com uma vasta cultura e, sobretudo, com largos contactos pela Europa, como transparece da quantidade e qualidade de autores com quem manteve correspondência. Foi, de resto, ele que acompanhou uma delegação do Instituto Arqueológico Alemão – constituída por Helmut Schlunk (1906-1982), Wilhelm Grünha-

gen (1915-1993) e Edward Sangmeister (1916-2016) –, que visitou a Falperra em Fevereiro de 1955. Esta visita estaria na origem de uma longa carta de Fernando Russell Cortez denunciando, junto das autoridades, a forma como o Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha continuava a intervir na Falperra, sem qualquer metodologia científica.

Uma década volvida, a Falperra foi objecto de novas campanhas, agora sob a direcção de J. J. Rigaud de Sousa e de D. Domingos de Pinho Brandão, com o concurso do Arqt.^o Fernando Lanhas no registo arqueológico. Como referimos, cedo D. Domingos de Pinho Brandão teve de abandonar os trabalhos, por ter sido eleito Bispo de Leiria. Por isso, a maior parte das campanhas de 1966 a 1970 foram da responsabilidade de Rigaud de Sousa, que deixou um pequeno estudo dando conta das suas conclusões (Sousa, 1968-70).

As escavações de Rigaud de Sousa incidiram sobre uma área a Sul da basílica paleocristã, onde as valas abertas por Arlindo Ribeiro da Cunha tinham revelado vários muros. As novas escavações colocaram a descoberto um enorme edifício rectangular, com 34,2 x 12,6 metros, onde se destaca uma grande sala com duas naves separadas por sete pilares de secção quadrada (Fig. 5 e 8). O espaço a norte desta grande sala apresenta dois compartimentos alongados. E, no topo leste deste edifício, desenvolvem-se dois compartimentos secundados por um estreito espaço de circulação. Esta estrutura, detectada a escassa distância da basílica e com um alinhamento levemente divergente em relação a ela (ditado pelas condições topográficas do terreno e pelos batólitos graníticos), contrasta com as restantes construções da Falperra pelas suas generosas dimensões (Fig. 6). Para além dos pilares, e de alguns capitéis de tipo jónico, foi ainda recolhido, em 1970, um magnífico capitel coríntio, com folhas de acanto lisas, do séc. VI ou VII, que se conserva hoje no acervo do Museu D. Diogo de Sousa (Fig.

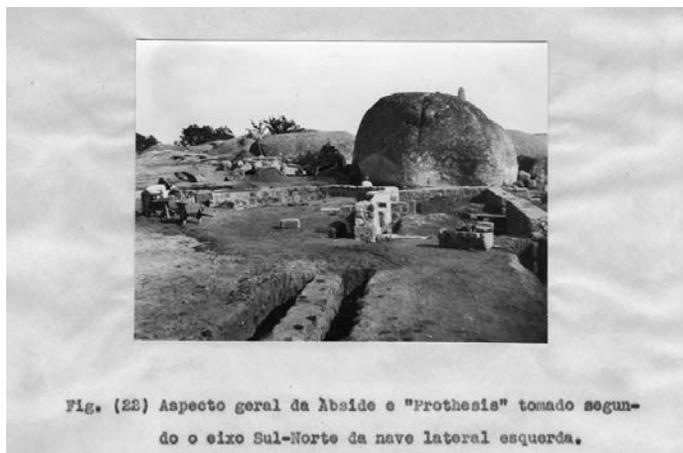


Figura 7 – Basílica paleocristã da Falperra (fotografia do Relatório de 1954).



Figura 8 – Aspecto geral das escavações de J. J. Rigaud de Sousa (1970).

9). Por fim, registemos que nas escavações de 1954 e nas de 1970 apareceram bases de pilares rectangulares, com molduras de toro e escócia, de perfil clássico, que espelham uma invulgar qualidade da construção (Fig. 10). A dimensão desta construção e o requinte construtivo de que ela se revestia não pode deixar de suscitar muitas interrogações no que respeita à sua funcionalidade.



Figura 9 – Capitel coríntio de acantos lisos aparecido nas escavações de J. J. Rigaud de Sousa (hoje no Museu D. Diogo de Sousa, Braga).

As escavações de Rigaud de Sousa detetaram, ainda, um hiato ocupacional na Falperra entre uma fase mais antiga (desde a Pré-História recente ao período romano) e uma fase de ocupação atribuível à Antiguidade Tardia, cujos níveis

estratigráficos eram separados por uma camada estéril. E revelaram sinais de destruição violenta do grande edifício palatino, com abatimento do telhado, que alguns autores, nomeadamente Manuel Real, associaram aos eventos de 585, com a conquista de Braga pelos Visigodos e o fim do reino suevo (Sousa 1970; Real 2000: 28).

As novas escavações na Falperra foram visitadas por vários arqueólogos, entre os quais J. M. Bairrão Oleiro, Jorge de Alarcão, Jean Boube, Pedro de Palol e, de novo, Helmut Schlunk. A passagem de Pedro de Palol i Salellas (1923-2006) ocorreu no momento em que o eminente arqueólogo catalão estava a concluir uma das suas mais marcantes obras – a *Arqueologia Cristiana de la España Romana (Siglos IV-VI)*, editada em 1967. Na sequência dessa visita, Palol incluiria uma breve referência à Falperra, no *Aditamento* que aparece no final da obra, onde defendeu a existência de uma basílica paleocristã e avançou com uma proposta de função monástica para as estruturas anexas: «*Existe, evidentemente, un templo de três naves con cabecera tripartita, a la manera de los baleáricos estudiados, y a la vez un conjunto de edificaciones que quizá autorizan a pensar en un cenóbio...*» (Palol, 1967: 371). A que edificações se referia Palol quando avançava com uma possível estrutura cenobítica? Não é claro. Seriam as estruturas junto da muralha, postas a descoberto em 1953-54, nas escavações de Russell Cortez e Arlindo R. Cunha e que continuavam visíveis? Ou seria a ampla estrutura rectangular que Rigaud de Sousa revelou? Ou seriam, finalmente, os compartimentos que se desenvolvem anexos ao templo e que segmentam as suas «naves laterais»?

Jacques Fontaine optou, em 1973, por esta última hipótese: «... *on a cru pouvoir identifier avec une basilique paleochrétienne un ensemble architectural rectangulaire d'environ 25 mètres sur 10, comportant une "nef" centrale terminée vers l'Est par une abside au tracé intérieur en fer à cheval outrepassé à 2/3 du rayon, extérieur inclus dans le rectangle et en partie rectiligne. Mais, au lieu des "nefs" latérales, une série de chambres s'ouvrent par des seuils distribués de façon irrégulière sur la "nef": de la sorte, celle-ci est limitée de toutes parts par des murs plus ou moins continus, et non par les bases de supports qui devaient seuls la séparer de "nefs latérales" en fait*



Figura 10A e 10B – Bases escalonadas classicistas aparecidas nas escavações de 1954 (10A) e 1970 (10B).

inexistentes. Doit'on voir là une installation cénobitique autor d'une chapelle centrale, comme les cellules situées plus tard dans les écoinçons d'un plan cruciform, p. ex., à Santa Comba de Bande (...) ? Ou une fois de plus prend-on pour une église une simple pièce à abside dans une villa romaine?» (Fontaine, 1973: 405).

Por seu turno, também Helmut Schlunk, que visitara a Falperra em Fevereiro de 1955 guiado por Russell Cortez, e que voltou a visitar no tempo de Rigaud de Sousa, questionaria a função da própria estrutura basilical, defendendo que, sem o aparecimento de enterramentos, a sacralidade deste espaço não seria inequívoca: «*El supuesto templo excavado en el Monte Falperra, cerca de Braga, no parece tener carac-*

ter sagrado». (...) «Puesto que no hay enterramientos, ni en el monumento mismo ni en sus inmediaciones, el carácter sagrado parece sumamente dudoso» (Schlunk, 1977: 203). É claro que, para além de se poder questionar se um espaço só pode considerar sagrado se tiver enterramentos associados, o argumento principal de Schlunk cai por terra pelo simples facto de Rigaud de Sousa ter escavado pelo menos duas sepulturas associadas às paredes da basílica da Falperra, durante a campanha de 1970.

Sublinhemos que as escavações de 1953-54 encontraram o templo à cota do seu pavimento. Por isso, não foi detectada a porta de entrada, na parede ocidental, e foram exumados os muros onde se apoiavam os pilares dos arcos formeiros das naves. Mas esses muros, rematados na secção superior à cota do pavimento, serviam de apoio a seis bases de pilares ou colunas, o que parece contradizer em parte a interpretação de Jacques Fontaine. A parede ocidental da estrutura era recta e não sabemos se, em frente a ela, se desenvolvia um *narthex*. Os muros, oblíquos, que Russel Cortez associou a essa função, pelo facto de seguirem uma orientação claramente distinta de toda a restante construção, oferecem dúvidas. O espaço interior do templo apresentava uma nave central relativamente ampla (com 7,5 metros de largura) e duas naves laterais mais estreitas (com 3,5 metros de largura). O Relatório de 1954 apresenta duas plantas: uma ao nível do pavimento, outra ao nível dos alicerces (Fig. 4). Na primeira são visíveis as seis bases de pilares ou colunas acima referidas, enquanto na segunda se pode ver cartografado o muro onde estas bases se apoiavam. A cabeceira do templo apresentava, no remate da nave central, uma abside levemente ultrapassada. No prolongamento das naves laterais Russell Cortez identificou o *Diaconicum* (ou *Secretarium*) e a *Prothesis*, os dois compartimentos das *Pastophoriae*. A Basílica da Falperra seguiria, portanto, um modelo que – como Fernando Russell Cortez

bem assinalou no manuscrito inédito que acima transcrevemos – encontrava paralelos na Síria do Norte, de onde o protótipo será originário, e na zona da Tunísia. Vários exemplos podiam ser invocados: para os templos sírios com *Pastophoriae*, as Basílicas de Dar Kita (junto a Aleppo) e de Ras el-Bassit (na costa norte) (Beaudry, 2007 e 2013); e para os templos tunisinos, a Basílica II de Sbeitla e a Basílica V de Thélepte (Duval, 1971-73). Mas o modelo também se expandiu pela margem norte do Mediterrâneo oriental, como nos mostram as Basílicas paleocristãs de Povlja, de Stobrec e de Novalja, todas na Dalmácia (Croácia) (Chevalier, 1995: 68-69 e 77-78). Nas Ilhas Baleares temos as Basílicas de Son Peretó (Maiorca) e de Son Bou (Menorca), já contempladas no estudo de Palol (1967: 10-13 e 16-18), ou a mais recente Basílica de Cap des Port (Forneils, Menorca), um importante paralelo para a Falperra, até pela subdivisão das «naves laterais» em vários compartimentos (Palol, 1989). Finalmente, na Península Ibérica encontramos um pequeno conjunto de basílicas paleocristãs que adopta esta organização espacial. É o caso, na zona da Bética e da Lusitânia, das Basílicas de Alconetar (Garrovillas de Alconetar, Cáceres) (Caballero Zoreda e Arribas Chapado, 1970), de Vega del Mar (San Pedro de Alcántara, Marbella, Málaga) (Palol, 1967: 71-75; Posac Mon e Puertas Tricas, 1989), de Casa Herrera (Mérida, Badajoz) (Palol, 1967: 76-78; Caballero Zoreda e Ulbert, 1976) e da Basílica portuguesa de Torre de Palma (Monforte) (Palol, 1967: 79-82; Almeida, 1972-74: 103-112; Maloney, 1995: 449-458; Wolfram, 2011: vol. 2, 207-258). O que a Falperra revela é, portanto, a expansão deste modelo arquitectónico até ao noroeste peninsular, alargando um âmbito geográfico que estava circunscrito às Baleares e ao Sudoeste peninsular.

No que respeita ao grande edifício rectangular escavado por Rigaud de Sousa, com a sua ampla sala de dupla nave, o principal paralelo é a

estrutura palatina de Recópolis (Zorita de los Canes, Guadalajara), a cidade visigótica fundada por Leovigildo em honra de seu filho, Recaredo, no ano de 578. Coroando a parte mais alta da cidade, e acompanhando a escarpa voltada para o Tejo, foi construído um grande edifício de planta rectangular, com 133 metros de comprimento, organizado em duas naves estruturadas por 23 pilares. Escavado em 1945 e 1946 por Juan Cabré, esta construção foi, desde a primeira hora, interpretada como tendo uma função palatina (Olmo Enciso, 2008: 47-52). Esta função é corroborada pelo próprio estatuto da cidade criada por Leovigildo, pelas dimensões monumentais e inusitadas do espaço desta construção e pela sua implantação urbana, rematando a cidade e uma ampla praça, nas imediações da basílica cristã. Pese embora o facto de a construção de Recópolis ser quatro vezes mais extensa do que o exemplo da Falperra, o estreito paralelismo entre os dois edifícios não escapou ao olhar de vários investigadores (Real, 2000: 27-29; Fontes, 2009: 280; Olmo Enciso, 2008: 48 e 51). Com efeito, são evidentes os pontos de contacto entre ambos: a dimensão generosa do espaço, a sua organização em duas naves separadas por pilares que sustentavam arcos, e a localização nas proximidades de basílicas.

O CASTELO

Registemos, por fim, que no Monte de Santa Marta se instalou, na Idade Média, um pequeno castelo para o qual conhecemos 46 referências documentais distintas, compreendidas entre os anos de 900 e de 1147. A repartição cronológica destes diplomas é elucidativa da altura em que esta pequena fortificação foi importante para a organização militar do espaço envolvente da cidade de Braga. Com efeito, dois desses diplomas pertencem ao século X, vinte e seis ao século XI e dezoito à primeira metade do século XII. Parece claro que o século XI e as primeiras décadas do século XII, que correspondem à fase áurea do encastelamento no Entre-Douro-e-Minho, foi o momento em que esta pequena estrutura conheceu maior relevo. Na sua dependência encontravam-se povoações como S. Cristóvão de Esporões, S. Pedro de Este, Arcos, Nogueira, Penso, Vilar, Lomar, Quintela, Servos e Trandeiras, para além de *Eigicam*, que não conseguimos localizar. As escavações arqueológicas na Falperra – quer as de Russell Cortez e Arlindo Ribeiro da Cunha, quer as de Rigaud de Sousa – não registam vestígios desta fortificação medieval, provavelmente porque ela se erguia numa zona mais próxima da Capela de Santa Marta, que não foi sondada. Mas julgamos que é a presença desta estrutura militar que explica o aparecimento de um conjunto de cerâmicas características desta época – vasos decorados com cordões plásticos com dedadas, alguidares com fundos em disco, etc.

OS MATERIAIS

É tempo de fazer uma breve apresentação dos materiais arqueológicos que pertencem ao acervo do Museu D. Diogo de Sousa, em Braga. Ressalvemos, desde já, que

o espólio das escavações mais antigas foi depositado pelo Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha no Museu Pio XII, também em Braga. As breves considerações que iremos apresentar respeitam, portanto, apenas ao espólio procedente das campanhas dirigidas por Rigaud de Sousa a partir de 1966.

AS CERÂMICAS

Como seria de prever, as cerâmicas tardias da Falperra encontram afinidades cronotipológicas com os materiais tardios encontrados em *Bracara Augusta* (Delgado e Morais, 2009; Delgado *et alii*, 2014: 671-680; Quaresma e Morais, 2012: 373-383), ainda que alguns materiais importados sejam, como iremos ver, ligeiramente mais tardios.

As ânforas importadas estão pouco representadas, sendo apenas de destacar um fragmento de fundo integrável no tipo *Late Roman Amphora* 3, com um fabrico característico da zona de Sardes, datado dos séculos V-VI, afins a fragmentos encontrados na cidade (Morais, 2005: 55-67).

Mais significativas são as *sigillatas* tardias, repartidas por produções hispânicas, africanas e foceenses (Fig. 11). As produções hispânicas pertencem a fragmentos indeterminados devido ao excessivo estado de fragmentação, ainda que pelo fabrico possam ser atribuíveis às produções do Vale do Ebro, datáveis entre os séculos IV e V.

Quando apreciamos as *sigillatas* africanas e foceenses constatamos, todavia, diferentes ritmos de importação, que se traduz pela presença de tipos mais tardios de fabrico africano e por uma maior representatividade das produções foceenses. Com exceção de um fragmento de fundo do fabrico E, muito provavelmente da forma Hayes 68 (c. 370-425), os restantes fragmentos de *sigillata* africana são do fabrico D, com destaque para dois exemplares de perfil praticamente completo da forma Hayes 86, de finais do século V e os inícios da centúria seguinte, e da forma Hayes 99 C, de cerca 560/580-620 (Delgado *et alii*, 2014: 678). Como referimos, mais significativa é, porém, a presença da *sigillata* foceense, com cerca de duas dezenas de fragmentos pertencentes a fundos e bordos da forma Hayes 3, repartidas pelas variantes d e f, datáveis entre os séculos V e VI. Com exceção de uma decoração do Grupo III com uma cruz pátea (Motivo 72h, c. 470-580), os fundos estampados apresentam, na sua maioria, motivos com animais dos Grupos II (Motivo 35 c, y, c. 440-490) e III (Motivo 35 s, c. 470-580) (Quaresma e Morais, 2012: 373-383). A presença mais significativa destas produções, genericamente enquadráveis na 2.^a metade do século V e a 1.^a metade do século VI, contrasta, como referimos, com os dados recolhidos em *Bracara Augusta*, com um auge das importações no século IV e os inícios do século V e um predomínio das produções africanas sobre as foceenses (Delgado *et alii*, 2014: 680; Quaresma e Morais, 2012: 373-383).

Para além das cerâmicas finas de importação temos ainda a presença de produções locais/regionais que nestas se inspiram ou imitam. Este é o caso das chamadas «cerâmicas cinzentas tardias» e que constituem um grupo bem diferenciado pelas suas características de fabrico e repertório formal (Gaspar, 2000; 2004: 455-481; Delgado

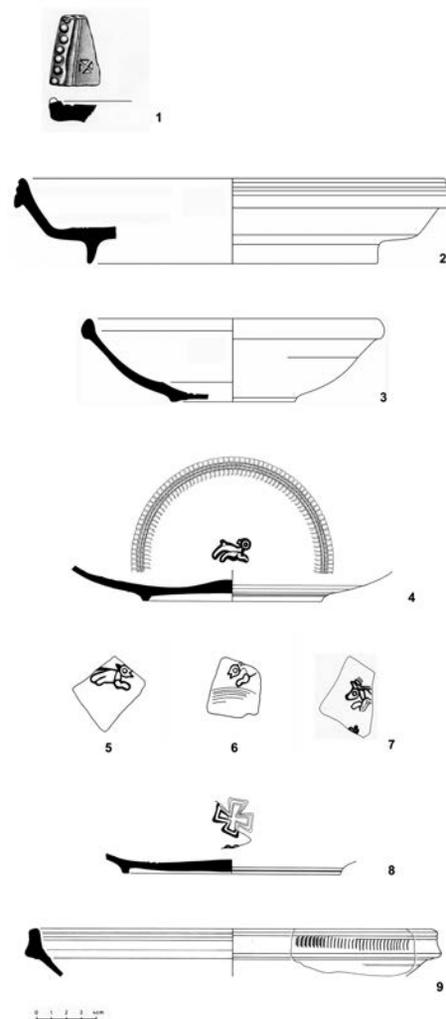


Figura 11 – Fragmentos de cerâmicas finas tardias: Imitação de Cinzenta Tardia, TS Clara D e TS Foceense.

e Morais, 2009: 61-69). Tratando-se de uma produção bracarense esta cerâmica está bem representada na cidade e em todo o território conventual, sendo possível atribuir-lhe diferentes grupos morfológicos, um primeiro grupo, datado entre os séculos V e VI, inspirado ou imitando as *sigillatas* africanas, foceenses e DSP, e um segundo grupo, com uma cronologia mais lata de produção, situado entre os finais do século IV e o século VII, associado a produções comuns (Delgado e Morais, 2009: 61).

Na Falperra identificamos um fragmento bastante interessante que parece imitar uma forma

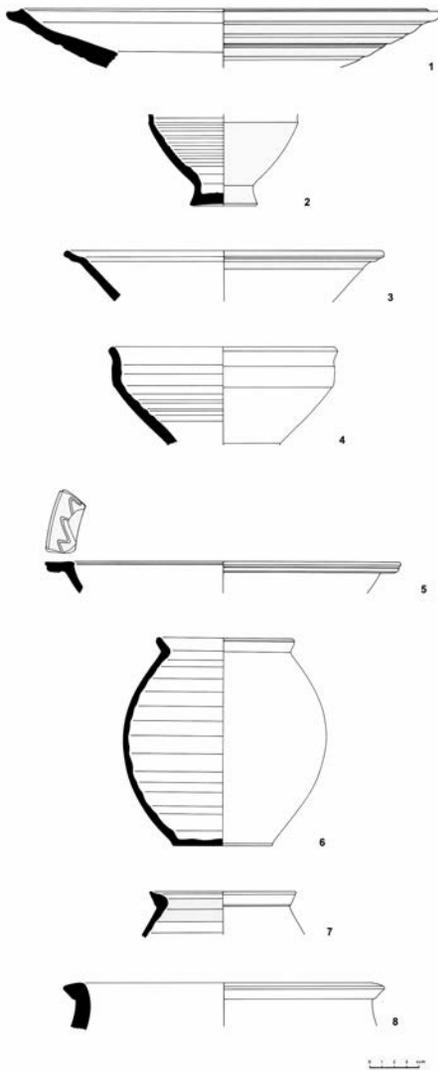


Figura 12 – Fragmentos de cerâmicas comuns tardo-romanas e suevo-visigóticas.

rara de *sigillata* africana, a forma Hayes 56. Esta forma, na sua versão africana, foi produzida no fabrico C/D, datável entre 360 e 430, e está escassamente representada na Península, tendo sido detectada no atual território português nos inícios da década de 70 do século passado no Castro de Fiães (Almeida, 1973: 15; 1975; Delgado, 1975: Pl. XI, 151; Atlante, 1981: Tav. XL, n.º 6). Apesar de tratar de uma produção pouco comum não nos surpreende este fragmento da Falperra pois encontram-se na cidade exemplares africanos desta forma em fabrico D1 e D2 (Delgado *et alii*,

2014: 671-680) e que certamente teriam servido de inspiração às olarias locais. Mais uma vez, à semelhança da cidade (Delgado e Morais, 2009: 61; 66, n.º 195) também se recuperaram na Falperra fragmentos de taças carenadas que se inspiram ou imitam as formas Rigoir 16 da produção de DSP gálica, datadas dos séculos V e VI.

Como é natural são mais abundantes as cerâmicas cinzentas finas do II Grupo, como referimos, datadas entre os finais do século IV e o século VII e aqui ilustrados por alguns fragmentos de tigelas e potes, afins às produções bracarense.

A par destas cerâmicas foram ainda recuperados inúmeros fragmentos enquadrados nas chamadas «cerâmicas suevo-visigóticas» (Fig. 12), com fabricos grosseiros de cor acinzentada e/ou bege acastanhada e superfície rugosa e áspera que as distingue das produções comuns tardo-romanas. Apesar destas cerâmicas não terem merecido uma particular atenção nos estudos da especialidade, podemos datá-las de um momento de transição entre o período tardo-romano e suevo-visigótico, entre os finais do século V e o século VIII. Várias foram as formas identificadas: pratos, bacias ou alguidares, pequenas talhas e potes de diferentes tamanhos. Nalguns casos estas loiças apresentam uma característica decoração ondulada e incisa na face externa, sob o bordo. Alguns poderiam ainda ter pertencido a almofarizes, como é o caso de um fragmento que possui uma aba decorada com motivos incisos em ziguezague. Este fragmento encontra paralelo aproximado em exemplares recolhidos em Vigo (no centro produtor de preparados piscícolas de Marqués de Valladares e na *uilla* de Toralla) (Varela e Morais, 2014: 414), em Braga (Delgado e Morais, 2009: 95-97), no Monte Mozinho – Penafiel (Soeiro, 1984: 264-265) e no Monte Castelo/Castro de Guifões – Matosinhos (Varela e Morais, 2014: 407-415), e que se caracterizam por possuir na metade inferior da superfície interna um vidrado de chumbo. Este tipo formal tem afinidades com loiças recolhidas em Mérida e Tarragona, datadas do século VII, em Valência, na zona episcopal de Almoína, da 2.ª metade do século VI/século VII, e de El Tomo de Minateda (Hellín, Albacete), da 2.ª metade do século VII e os inícios do século VIII (Gutiérrez *et alii*, 2003: 134-135; Varela e Morais, 2014: 407-415).

Neste conjunto de «cerâmicas suevo-visigóticas» refira-se ainda alguns fragmentos de potes que pelo fabrico e decoração nos sugerem uma cronologia mais tardia. Estes fragmentos, provavelmente datados dos séculos VIII e IX, possuem bordos engrossados e triangulares e bordos simplesmente esvasados com uma característica decoração espatulada na face externa (Fig. 12).

O último grupo de cerâmicas que aqui merece destaque está representado por alguns fragmentos cujas características formais nos aproximam das produções frequentemente associadas ao chamado momento da *Reconquista*, entre os séculos X e XII (Fig. 13). Trata-se, na grande maioria, de fragmentos de alguidares com fundos em disco, de asas de fita e de fragmentos de parede de formas indeterminadas, externamente decoradas com motivos incisos e, sobretudo, com cordões plásticos com dedadas. Estas cerâmicas, que estão longe de ser meramente residuais, estarão relacionadas com o castelo que acima referimos, e que se encontra documentado entre os anos de 900 e de 1147? É o que sugerem as cronologias habitualmente atribuídas a estas cerâmicas, nomeadamente aos fundos em disco. Mas não podemos deixar de

assinalar que em *Conimbriga* também apareceram alguidares com fundos em disco, associados a TS Clara D, Formas Hayes 104-A e 103-B, datáveis de 530-580 e de c. 500 ao 3.º quartel do séc. VI (Alarcão, 2004: 105). Ora, na Falperra também temos TS Clara D, Forma Hayes 99-C, que é datada, por este autor, de c. 560/580-620. Valerá a pena ter em atenção este tipo de fundos, para tentar delimitar melhor a sua cronologia. O exemplo da Falperra não é, neste aspecto, esclarecedor pela circunstância de neste espaço terem convivido estruturas de época suévica e da *Reconquista*.

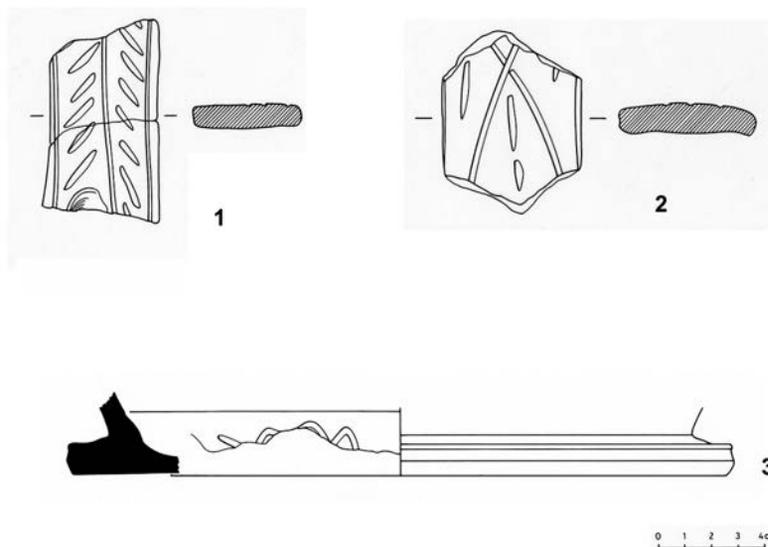


Figura 13 – Fragmentos de cerâmicas da *Reconquista*.

OS METAIS UM PONDERAL BIZANTINO

Um dos mais interessantes elementos procedentes da Falperra, e que estranhamente chegou até hoje inédito, é um ponderal de tipo bizantino, em bronze. Trata-se de uma peça com a usual forma de esfera truncada, apresentando no topo superior caracteres gregos incrustados em fio de prata: a abreviatura de *uncia* seguida do *gamma*, ambos indicadores do valor do peso: o *quadrans* (Fig. 14). Este ponderal pesa actualmente 75,40 gramas. Apareceu na campanha de 1970, dirigida por Rigaud de Sousa (está marcado: FAL 70 / I5 / Camada 7) e recebeu, no Museu D. Diogo de Sousa, o N.º Inv. MDDS 1995.0834. O peso da Falperra pertence à família dos *exagia* ou ponderais bizantinos posteriores à reforma de Constantino, introduzida no ano de 324. Em Portugal, conhecemos vários exemplares de *exagia* desta tipologia, que sistematizamos no seguinte quadro, incluindo já o (novo) exemplar da Falperra:

Local	Alt.	Larg.	Peso	Bibl.
Falperra (Braga)	2,36 cm	2,75 cm	75,4 gr. / <i>quadrans</i>	Inédito
Braga (Cividade)	1,64 cm	1,74 cm	24,7 gr. / <i>unciae</i>	Teixeira, 1935: 72-73
Castro de Fiães (Feira)	3,75 cm	4,14 cm	323,8 gr. / <i>libra</i>	Pinto, 1929: 175; Teixeira, 1936b; Teixeira, 1938; Almeida e Santos, 1971: 156
Conimbriga	3,3 cm	3,8 cm	305 gr. / <i>libra</i>	Ponte, 1979: 132, n.º 28
Póvoa de Mileu (Guarda)	2,0 cm	2,7 cm	163 gr. / <i>semis</i>	Oleiro, 1952; Rodrigues, 1962: 65
Pedrógão (Alfazeirão)	3,4 cm	4,5 cm	«1 libra»	Carvalhais, 1903: 91
Pragança (Cadaval) ⁵	?	?	?	Pinto, 1929: 175

A repartição geográfica destes elementos revela uma concentração numa orla ocidental, onde os contactos comerciais seriam mais intensos, com uma penetração no

interior (Póvoa de Mileu, às portas da Guarda). E, do ponto de vista metrológico, revela a presença de pesos-padrão da libra (Fiães, *Conimbriga* e Pedrógão/Alfazeirão), da meia libra ou 6 onças (*semis*) (Póvoa de Mileu), das três onças (*quadrans*) (Falperra) e da onça (*unciae*) (Braga/Cividade). As divergências entre os valores encontrados nestes *exagia* e os valores-padrões da libra (327,45 gr) e seus submúltiplos pode explicar-se pelo desgaste das peças arqueológicas, como já vários autores sublinharam, mas pode ter outras explicações.

O ponderal da Falperra, marcado com as iniciais do *quadrans* e um peso de 75,4 gramas, indica um peso de 301,6 gr para a libra, não muito diferente do encontrado no ponderal de *Conimbriga* (305 gr). As diferenças entre o submúltiplo da Falperra e o padrão de *Conimbriga* podem explicar-se, realmente, pelas condições de preservação. Mas já nos parece difícil explicar a diferença entre a libra de *Conimbriga* (305 gr) e o valor-padrão usualmente aceite (327,45 gr) apenas por questões de desgaste e de conservação...

Sublinhemos, por outro lado, que o valor do *quadrans* da Falperra corresponde quase exactamente ao peso de 50 *siliquae* de prata, a moeda

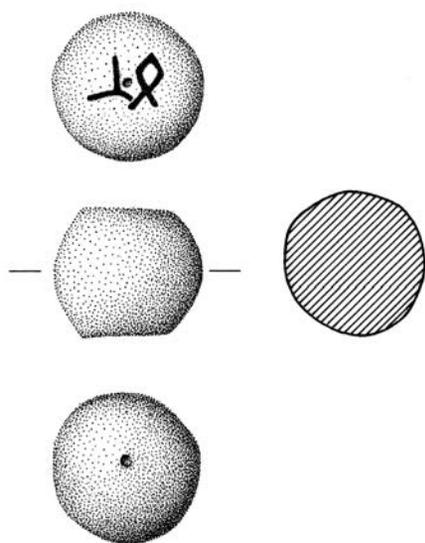


Figura 14A, 14B e 14C – Ponderal ou *exagia* bizantino procedente da Falperra.

cunhada por Requiário, com anverso em nome de Honório e reverso em seu nome. Com efeito, conhecem-se seis exemplares de *siliquae* suévikas: um provavelmente falso e cinco verdadeiros (Barroca, 2017: 29-45). A partir destes últimos é possível determinar que o peso médio das *siliquae* de Requiário, cunhadas precisamente em Braga, era de 1,523 gr. O ponderal da Falperra, no seu actual estado de conservação, corresponde, portanto, ao peso de 49,6 *siliquae*. Se a presença de um ponderal ou *exagia* espelha, desde logo, a existência de um centro de poder, com capacidade de controle sobre os metais, a coincidência entre o peso médio das *siliquae* suevas e a quinquagésima parte do ponderal da Falperra não pode deixar de sugerir que ele esteve relacionado com o controle da amoedação argentífera sueva que, como se indica no reverso da moeda, foi cunhada em Braga. Ele é, portanto, um importante e eloquente testemunho arqueológico de como a Falperra foi, no período suevo, um centro de poder, local onde se aferia o peso de mercadorias valiosas, porventura do próprio numerário. Por fim, importa salientar que a zona de Braga possui dois ponderais bizantinos: um, aparecido na zona da Cidade, na «cerca do quartel de cavalaria», no

chamado «campo dos obstáculos», em 1917, e oferecido a Carlos Teixeira, que o estudou e publicou (Teixeira, 1935: 72); e este, aparecido nas escavações arqueológicas da Falperra, em 1970. Neste aspecto, é caso único em Portugal, o que espelha, uma vez mais, a centralidade de Braga e da Falperra no âmbito da monarquia sueva.

UMA FIBULA DAMASQUINADA E OUTROS ELEMENTOS

Um dos elementos metálicos mais relevantes exumados na Falperra é um adereço de indumentária. Trata-se, concretamente, de uma fíbula de bronze, fundida em molde, com apontamentos decorativos de prata damasquinada (Fig. 15A). Classificada como de tipo *Desana*, integra o grupo das *Bügelknopffibeln* (Nuño González, 1989: 184; 204; Arezes, 2011: 199-200; Arezes, 2017: 94). Este, a par do das *Armbrustfibeln*, corresponde ao tipo conhecido como «fíbulas de besta». As peças assim designadas possuem arco semicircular, pé recto e fecho em mola, sendo que o elemento diferenciador entre os dois grupos radica no facto de as *Bügelknopffibeln* exibirem uma espécie de botão na extremidade do arco (Nuño González, 1989: 183).

O estudo e mapeamento dos achados deste tipo de adorno do vestuário, delineados pela primeira vez de modo exaustivo por M. Schulze-Dörrlamm em 1977, denotam uma ampla dispersão por todo o continente europeu, com especial difusão na sua parte central e oriental. Tal dispersão parece acompanhar os movimentos protagonizados por diferentes grupos, como os godos que gravitavam na área de influência da «cultura» de Cernjachov-Sântana de Mures, a norte do Mar Negro, ou os que integravam a designada «confederação» sueva (Nuño González, 1989: 183-185; Heather, 2009: 117)⁶.

Percebendo-se a complexidade subjacente ao esforço de vincular estes materiais a um grupo étnico específico, há que salientar que análise das «fíbulas de besta» suscita

outras questões, parte das quais directamente relacionadas com as dificuldades de classificação dos tipos e suas múltiplas variantes. Na verdade, o facto de terem conhecido uma vasta disseminação territorial levou a que incorporassem influências colhidas em distintas paragens. No entanto, e apesar da falta de uniformidade morfológica destes adornos, há um ponto em comum a agregá-los: o facto de revelarem inspiração colhida nos protótipos originários da chamada *Germania libera* (Nuño González, 1989: 184).



Figura 15A e 15B – Fíbula damasquinada e botão.

Outro dos campos pautado pela ausência de consenso é o que se reporta à cronologia. Veja-se como, no caso da fíbula da Falperra, Salette da Ponte sugere um enquadramento que se estende do século III aos alvares do VI (Ponte, 2006: 484), o qual, na nossa óptica, é excessivamente lato. Mais ajustadas serão as propostas de Rodríguez Resino, que inscreve a fíbula da Falperra no século V (Rodríguez Resino, 2005: 119), e a de Nuño González, que propõe um balizamento compreendido entre o último quartel do século V e o primeiro do VI (Nuño González, 1989: 185).

Sendo certo, pois, que foram as regiões do leste e centro europeu as que prodigalizaram mais recolhas de «fíbulas de besta», há que notar que, a nível peninsular, a maior concentração conhecida remete para a necrópole de Duratón (Segóvia), com dezassete objectos inventariados. Já a segunda concentração mais relevante, totalizando nove exemplares, centra-se em *Conimbriga* (Nuño González, 1989: 180).

Ainda que os paralelos directos aventados por Helmut Schlunk para a fíbula da Falperra radiquem em exemplares recolhidos em Altenerding, na Alemanha, e os apontados por Nuño González se centrem em Rímini e Desana, na Itália (Nuño González, 1989: 183-184), é evidente que o elemento em causa possui pontos de contacto com os achados de *Conimbriga*. Note-se, aliás, que apesar de não haver contexto conhecido para a generalidade das fíbulas ali recuperadas (Arezes, 2015 vol. II: 37-48), excepção feita a uma, procedente de um nível identificado a norte do *forum* (Alarcão; Etienne, 1977: 247) e datável do século V (Alarcão *et alii*, 1979: 116), *Conimbriga* forneceu uma série de outros elementos metálicos correlacionáveis com uma filiação «bárbara» oriental (Arezes, 2015 vol. I: 257; 264). Veja-se o exemplo corporizado pela espada e espora detectadas na zona do *forum*, objectos decorados com fios de prata, que integrariam o equipamento de um cavaleiro (Alarcão *et alii*, 1979: 91-92; 95). Refiram-se, em paralelo, e entre outros adornos do corpo e vestuário, os brincos anelares

e os botões, recuperados quer no quadro das «Escavações Antigas», quer das *Fouilles Luso-Francesas* (Arezes, 2015 vol. II: 27-67). Muito embora formem um conjunto em grande parte descontextualizado, não deixam de oferecer possibilidades de enquadramento cronológico, decorrentes sobretudo do confronto com peças análogas exumadas em necrópoles classificadas como visigóticas.

A propósito, note-se que, a par da fíbula damasquinada já referida, a Falperra proporcionou a recolha de outros metais (chumbos, ferros e bronzes), parte dos quais não diagnósticos. Importa, porém, mencionar um desses elementos. Trata-se de um pequeno botão consideravelmente bem conservado, pese embora a ligeira quebra evidenciada pelo apêndice (Fig. 15B). Exibindo uma configuração floral, denota manifesta proximidade face a exemplares exumados noutros sítios peninsulares, designadamente na necrópole de Carpio de Tajo (Toledo)⁷.

A cronologia da necrópole de Carpio de Tajo estende-se do século V aos meados do VI. Aliás, a segunda metade da referida centúria corresponde já ao momento de aproximação do ocaso da sua ocupação funerária (Ripoll López, 1985: 15), pelo que tal balizamento serve de orientação para a datação relativa dos materiais detectados nos enterramentos.

Neste sentido, podemos afirmar que tanto a datação proposta para a fíbula, como a que agora avançamos para o botão, ainda inédito, apontam no sentido de uma periodização coerente com a do conjunto arquitectónico áulico.

UMA PIZARRA DE DESENHO

Acresce ainda referir a existência de outros indicadores materiais igualmente procedentes da Falperra cujo enquadramento poderá não se afastar muito do já evocado. Neste âmbito, impõe-se mencionar uma ardósia actualmente

conservada no Museu Pio XII, em Braga (MPXII. LIT.1003 – Fontes *et alii*, 2009: 90-91). Integrando o grupo das vulgarmente designadas *pizarras visigóticas*, denominação colhida na bibliografia de língua castelhana, mas já profundamente enraizada na produção científica portuguesa, consta de uma peça de desenho (Fig. 16). Distingue-se, portanto, de outros tipos de placas de xisto coevas, como as numéricas, as mais abundantes, que incluem inventários e contagens, nomeadamente de gado e produtos agrícolas, a par de registos de venda de propriedades ou do pagamento de portagens e impostos (Velázquez Soriano, 1989: 19 e 29; Barroca, 1991: 142-143; Arce *et alii*, 2005: 143). Distinguem-se também das de texto onde, por seu turno, avultam documentos jurídicos, correspondência, material de estudo/aprendizagem ou mesmo «encantamentos» ou «maldições». Parece ser este o caso representado pelo mais completo dos dois exemplares recolhidos na Colina de Maximinos (Maciel, 2004: 250; Morais, 2010: 138)⁸.

As *pizarras* de desenho oferecem um repertório iconográfico variado, onde pontuam objectos e instrumentos diversos, testemunho de um mundo profundamente ruralizado (Morín, 2005: 403), a par de representações animais ou antropomórficas (Barroca, 1991: 144). Ora, o exemplar atribuído à Falperra pertence precisamente a este último grupo, apresentando na superfície frontal, desenhada a traço simples e pouco elaborado, uma imagem provavelmente masculina, aureolada, envolgando uma dalmática. Este grafito não pode deixar de nos recordar os motivos de algumas *sigillatas* africanas tardias com representação do Imperador (Hayes 1972, Fig. 51, n.ºs 239B e 240).

Apesar de alguns exemplares avançarem até períodos relativamente tardios, parece seguro afirmar que parte substancial destas ardósias se inscreve no período visigótico e, em especial, na fase que se segue ao reinado de Leovigildo

(Arce *et alii*, 2005: 144), uma cronologia que parece consentânea com os restantes materiais da Falperra.

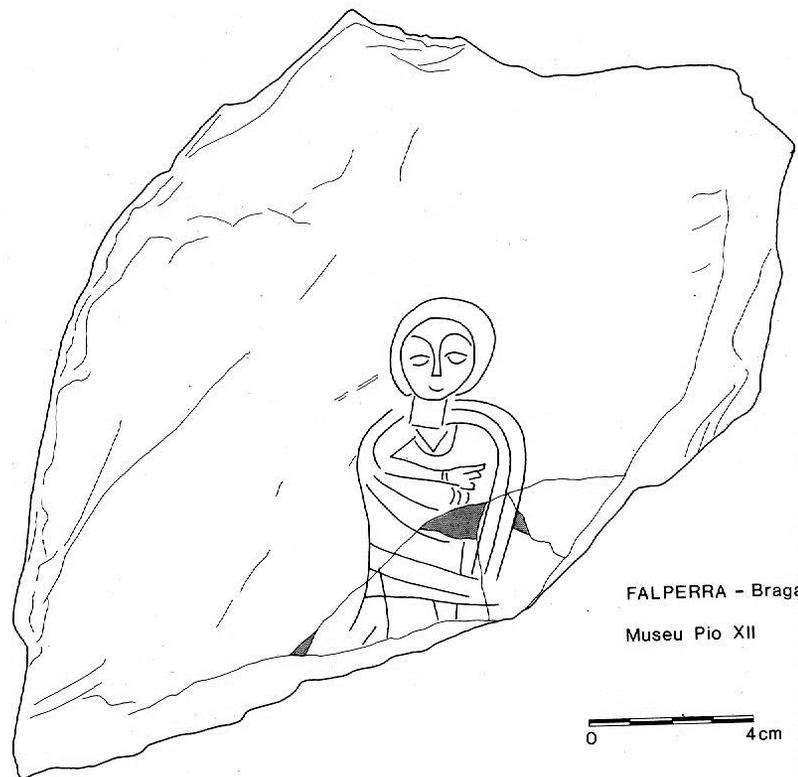


Figura 16 – Pizarra de desenho procedente da Falperra.

CONCLUSÃO

Os dados que pudemos compilar a partir dos manuscritos inéditos do arquivo pessoal de Russell Cortez e da análise das publicações, juntamente com o estudo do espólio das campanhas de escavação dirigidas por Rigaud de Sousa a partir de 1966, permite-nos corroborar o significado de algumas estruturas arquitectónicas e a importância deste local tão emblemático da Arqueologia portuguesa.

Tudo parece recomendar que se passe a encarar a Falperra como um importante polo da monarquia sueva que, apesar de controlar a cidade de *Bracara Augusta*, terá preferido instalar as suas estruturas palatinas nesta colina, nas imediações da urbe mas numa implantação de altitude que potenciava as condições defensivas.

A breve apresentação da cultura material proveniente das escavações corrobora essa interpretação e reclama a necessidade de se aprofundar os estudos sobre a Falperra. No nosso entendimento, a localização deste importante núcleo da monarquia sueva, com destaque para o templo basilical e o edifício áulico, numa zona defensiva, não deve dissociar-se da sua relação com *Bracara Augusta*, alertando-nos, inclusiva-

mente, para a manutenção da situação estratégica da cidade enquanto local privilegiado do reino suevo. A escolha da urbe para sede da nova monarquia parece clara. Os indícios da importância da cidade são muitos. Invoquemos apenas três. Em primeiro lugar, o facto de, um século antes, Ausónio, poeta oriundo de Bordéus, na sua Ordenação das Cidades Famosas (*Ordo Urbium Nobilium*), se ter referido a ela como *dives Bracara*, Braga rica ou opulenta (*Ordo XIV*). Em segundo lugar, e como nos revela a *Notitia Dignitatum*, redigida c. de 420, o facto de o seu governador gozar de categoria consular. Por fim, a pujante ambiência religiosa que se vivia na urbe nos alvares do século V, que se espelha em figuras bem conhecidas como os dois Avitos (um peregrino no Oriente, outro peregrino em Roma), Paulo Orósio (que contactou directamente com St.º Agostinho e com S. Jerónimo, no Oriente) e Balcónio (417-456) (o terceiro prelado bracarense, responsável pela conversão de Requiário e fundador de uma escola teológica na cidade). Tudo indícios que confirmam a importância de Braga na Antiguidade Tardia e que ajudam a compreender e a contextualizar a escolha da cidade, e da Falperra, como núcleos centrais dos suevos. Uma importância que, de resto, não se esgotou com o fim da autonomia sueva, como nos atesta o aparecimento no Fujacal, a 17 de Novembro de 1750, de um tesouro composto por mais de mil moedas de ouro visigóticas, uma das quais um triente de Recaredo, cunhado em *Hispalis* (Sevilha) (Azevedo, 1898: 248; Barral i Altet, 1976: 94; Costa, 2008: 375).

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (2008), *Recópolis y la Ciudad en la Época Visigoda*. «Zona Arqueológica». Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Vol. 9.
- ABREU, Leonídio de (1958), *A Falperra*. Braga
- ALARCÃO, Jorge de (1973), *Portugal Romano*. Lisboa: Ed. Verbo.
- (1988), *Roman Portugal*. *Gazetteer*. Vol. 1, pp. 14-15. Londres.
- (2004), «Conimbriga, 20 Anos depois». In CORREIA, V. (Ed. de), *Perspectivas sobre Conimbriga*, pp. 96-114. Conimbriga: Museu Monográfico de Conimbriga.
- ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert (1977), *L'Architecture. Fouilles de Conimbriga*. Vol. I. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert; MOUTINHO ALARCÃO, Adília; PONTE, Salette da (1979), «Trouvailles diverses, conclusions générales». *Fouilles de Conimbriga*. Vol. VII. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972), «Cerâmica romana de Fiães». *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*, Vol. III, pp. 191-205. Porto: Universidade do Porto.
- (1973), «Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal». *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*, Vol. III, pp. 17-18. Porto: Universidade do Porto.
- (1979), «A Propósito de «Galícia Sueva» de Casimiro Torres». *Gallaecia*, Vol. 5, pp. 312. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SANTOS, Eugénio dos (1971), «O Castro de Fiães». *Revista da Faculdade de Letras: Série de História*, Vol. II, pp. 147-168. Porto: Universidade do Porto.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SANTOS, Joaquim Neves dos (1975), «Cerâmica tardia de Guifões». *Archeologica Opuscula*, Vol. 1, pp. 49-56. Porto: L. Fernando Machado.
- ALMEIDA, D. Fernando de (1962), «Arte Visigótica em Portugal». *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Nova Série, Vol. 4.
- ALMEIDA, Fernando de (1972-74), «Torre de Palma (Portugal): A basílica paleocristã e visigótica». *Archivo Español de Arqueología*, Vol. 45-47, pp. 103-112. Madrid: CSIC.
- ARCE, J.; CASTELLANOS, S.; ESCALONA, J.; MARTÍN VISO, I.; VELÁZQUEZ, I. (2005), «Las pizarras visigodas y la tributación». In VELÁZQUEZ SORIANO, I.; SANTONJA GÓMEZ, M. (ed.), *En la Pizarra*, pp. 143-147. Burgos: Fundación Instituto Castellano y Leones de la Lengua. ISBN 84-934365-2-6.
- AREZES, Andreia (2011), *Elementos de Adorno Altomedievicos em Portugal (Séculos V a VIII)*. Noia: Editorial Toxosoutos, Serie Trivium, 41.
- (2015), *Ocupação «Germânica» na Alta Idade Média em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. 2 volumes. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia.
- (2017), «73. Fíbula de Falperra». In LÓPEZ QUIROGA, J. & MARTÍNEZ TEJERA, A., coord. – In *Tempore Sueborum. O tempo dos Suevos na Gallaecia (411-585). O primeiro reino medieval de Occidente. Catálogo de exposición*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense, p. 94.
- ATLANTE DELLE FORME CERAMICHE I. (1981), «Ceramica Fine Romana nel Bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Impero)». In *Suplementto de la Enciclopedia dell'Arte Antica*. Roma.
- AUSÓNIO (1951), *Ausonius, Decimus Magnus. Ordo urbium nobilium*, ed. Hugh G. Evelyn-White. 2 volumes. Cambridge: Loeb Classical Library.
- AZEVEDO, Pedro A. de (1898), «Notícias Archeológicas colhidas em documentos do Século XVIII». *O Archeólogo Português*, 1.ª Série, vol. 3, pp. 247-252. Lisboa: Museu Ethnológico Português.
- BARRAL i ALTET, Xavier (1976), *La Circulation des Monnaies Suèves et Visigothiques*. Munique: Artemis. (*Beihefte der Francia*, Band 4).
- BARROCA, Mário Jorge (1991), «As pizarras visigodas. A propósito de uma obra de I. Velázquez Soriano». *Conimbriga*, Vol. 30, pp. 139-159. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- (2017), «Os seis exemplares da Siliqua de Requiário», *Nvmmvs*, 2.ª Série, vol. XL, pp. 29-45, Porto, SPN.
- BEAUDRY, Nicolas (2007), «Ras el Bassit et l'Antiquité tardive sur la côte nord-syrienne». *Revue d'études des civilisations anciennes du Proche-Orient*. V. 13, pp. 19-28.
- (2013), «Ras el Bassit and the late antique archaeological landscape of coastal North Syria». In E. B. Aitken et J. M. Fossey (dir.), *The Levant, crossroads of late antiquity: history, religion, and archaeology / Le*

Levant, carrefour de l'Antiquité tardive: histoire, religion et archéologie, Vol. 22, pp. 255-272. Leiden: E. J. Brill. McGill University Monographs in Classical Archaeology and History.

BELINO, Albano (1900), *Archeologia Christã*. Lisboa.

— (1909), «Cidades Mortas (Estudo Póstumo). Monte de Santa Marta». *O Archeólogo Português*, 1.ª Série, XIV, pp. 15-18. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

CABALLERO ZOREDA, Luis; ARRIBAS CHAPADO, F. (1970), *Alconétar en la vía romana de La Plata, Garovillas (Cáceres)*, Vol. 70. Madrid: Ministério da Educação y Ciencia / Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural. Excavaciones Arqueológicas en España.

CABALLERO ZOREDA, Luis; ULBERT, Thilo (1976), *La Basílica Paleocristiana de Casa Herrera en las cercanías de Mérida (Badajoz)*, Vol. 89. Madrid: Ministério da Educação y Ciencia / Dirección General del Patrimonio Artístico y Cultural. Excavaciones Arqueológicas en España.

CARVALHAES, José (1903), «Antiguidades romanas de Alfazêirão». *O Archeólogo Português*, 1.ª Série, vol. VIII, pp. 90-93. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

CHAVES TRISÁN, Francisca; PLIEGO VAZQUEZ, Ruth (2007), «Instrumentos de medida de pesos en la Hispania Antigua». *Sautuola*, Vol. XIII, pp. 237-250. Santander: Instituto de Pre-historia y Arqueología «Sautuola».

CHEVALIER, Pascale; *et alii* (1995), *Salona II. Recherches archéologiques franco-croates à Salone. Ecclesiae dalmatiae. L'architecture paléochrétienne de la province romaine de Dalmatie (IVe-VIe S.)*, Vol. 2. Rome: École Française de Rome.

CORTEZ, Fernando Russell; PINTO, Sérgio da Silva; CUNHA, Arlindo Ribeiro da (1954), *Relatório da 2.ª Campanha de Escavações Arqueológicas mandadas efectuar pela Câmara Municipal de Braga. Sob a direcção de ... E com a colaboração do Sr. António Meneses [sic]*, Relatório policopiado.

COSTA, Avelino de Jesus da (2008), *Cónego Avelino de Jesus da Costa no «Diário do Minho»*. Braga: Empresa do Diário do Minho, Lda.

CUNHA, Arlindo Ribeiro da (1954a), «Escavações no «oppidum» de Santa Marta». *Bracara Augusta*, Vol. V, pp. 241-243. Braga: Câmara Municipal de Braga.

— (1954b), «Restos de Igrejas Visigóticas». Sep. de *Theologica*, Vol. I, fasc. 1. Braga.

— (1975), «Trepando aos Montes. 1. As ruínas da Falperra». *O Distrito de Braga*, 2.ª Série, vol. 1, fasc. I-IV, pp. 487-496. Braga: Assembleia Distrital.

DELGADO, Manuela (1975), *A Propos des Ceramiques de Conimbriga*, p. 151. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

— (1988), «Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias do Médio Oriente encontradas em Portugal». *Cadernos de Arqueologia*, Vol. 5, pp. 35-49. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

— *et alii* (2014), «Una aproximación a la Terra Sigillata Africana de Bracara Augusta (Braga, Portugal)». In *Rei Cretariae Romanae Favtorvm*. Bonn. Acta 43, pp. 671-680.

DELGADO, Manuela; e MORAIS, Rui (2009), *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*. Porto: CITCEM.

DUVAL, Noël (1971-73), *Les églises africaines à deux absides. Recherches archéologiques sur la liturgie chrétienne en Afrique du Nord*, vol. I: *Les basiliques de Sbeitla à deux sanctuaires opposés*; vol. II: *Inventaire des monuments. Interprétation*. Paris: Diffusion E. de Boccard.

FABIÃO, Carlos (2009), «O Ocidente da Península Ibérica no Século VI: Sobre o *Pentanummius* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa». In *Apontamentos de Arqueologia e Património*, pp. 25-50. Lisboa: ERA, Arqueologia.

FONTAINE, Jacques (1973), *L'Art Préroman Hispanique*, Vol. I. Yonne: La Pierre qui Vire.

FONTES, Luís (1993), «Inventário de Sítios e Achados Arqueológicos do Concelho de Braga». *Mínia*, III.ª Série. Vol. 1, pp. 31-88. Braga: ASPA.

— (2008), «A Igreja Sueva de São Martinho de Dume. Arquitectura cristã antiga de Braga e na Antiguidade Tardia do Noroeste de Portugal». *Revista de História da Arte*, Vol. 6, pp. 162-181. Lisboa: FCSH-UNL.

— (2009), «O Período Suévico e Visigótico e o papel da Igreja na organização do território». In *Minho. Traços de Identidade*, pp. 272-295. Braga: Universidade do Minho.

— *et alii* (2009), *Colecção de Epigrafia e de Arquitecturas Antigas (Séculos I a.C. – VII d.C.)*, Vol. 1. Braga: Museu Pio XII.

GASPAR, Alexandra (2000), *Contribuição para o estudo das cerâmicas dos séc. V-VI de Braga*. Braga: Tese policopiada.

— (2004), «Cerâmicas cinzentas da Antiguidade Tardia e alto-medievais de Braga e Dume». In CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS CRUZ, Pedro; RETUERCE VELASCO, Manuel. *Cerâmicas tardo-romanas y altomedievales en la Península Ibérica*, Vol. XXVIII, pp. 455-481. Madrid: CSIC. Anejos de Archivo Español de Arqueología.

GUTIÉRREZ LLORET, Sónia, GAMO PARRAS, Blanca, AMORÓS RUIZ, Victoria (2003), «Los contextos cerámicos altomedievales del Tolmo de Minateda y la cerámica altomedieval en el sudeste de la Península Ibérica». In CABALLERO ZOREDA, Luis; MATEOS CRUZ, Pedro; RETUERCE VELASCO, Manuel. *Cerâmicas tardo-romanas y altomedievales en la Península Ibérica*, Vol. XXVIII, pp. 119-168. Madrid: CSIC. Anejos de Archivo Español de Arqueología.

HAUSCHILD, Theodor (1986), «Arte Visigótica». In *História da Arte em Portugal*, Vol. I, pp. 156-158. Lisboa: Alfa.

HEATHER, Peter (2009), *Empires and Barbarians. Migration, Development and the Birth of Europe*. Oxford: Macmillan.

LOPEZ CUEVILLAS, Florentino; LORENZO FERNANDEZ, Joaquin (1946), «Las habitaciones de los castros». *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Vol. 2 (5), pp. 7-74. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento.

LOPEZ QUIROGA, Jorge (2004), *El Final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (Siglos V al X)*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.

MACIEL, Justino (2004), «ISABEL VELÁZQUEZ SORIANO, Documentos de época visigoda escritos em pizarra (Séculos VI a VIII)». *Conimbriga*, Vol. 43, pp. 249-250. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MALONEY, Stephanie (1995), «The early Christian basilican complex of Torre de Palma (Monforte, Alto Alentejo, Portugal)». In *IV Reunión de Arqueologia Cristiana Hispánica*, Vol. IV, pp. 449-458. Barcelona.

MORAIS, Rui (2005), *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas, 2).

- (2010), *Bracara Augusta*. Braga: Câmara Municipal de Braga.
- MORIN, Jorge (2005), «Pizarras con dibujo de carro de canal (Pelayos, Salamanca). Colección García Martín». In VELÁZQUEZ SORIANO, I.; SANTONJA GÓMEZ, M. (ed.), *En la Pizarra*, p. 403. Burgos: Fundación Instituto Castellano y Leones de la Lengua.
- NUÑO GONZÁLEZ, Jaime (1989), «A propósito de dos fíbulas visigodas procedentes de Los Santos de La Humosa (Madrid). Armbrustfibeln y Bügelknopffibeln en la Península Ibérica». In *I Curso de Cultura Medieval*, pp. 177-217. Aguilar de Campoo: Fundación Santa Maria la Real / Centro de Estudios del Románico.
- OLEIRO, J. M. Bairrão (1952), «Ácerca de um pêso-padrão romano-bizantino, encontrado na Póvoa do Mileu». In *A Guarda*, ed. de 6 de Junho.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires (1985), «Notícias Arqueológicas de Braga em jornais bracarenses». Sep. de *Conimbriga*, Vol. XXIV, pp. 5-83. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- (1998), *Estudos de Arqueologia de Braga e Minho*. Braga: ASPA.
- OLMO ENCISO, Lauro (2008), «Recópolis: una ciudad en una época de transformaciones». In OLMO ENCISO, Lauro (ed.), *Recópolis y la Ciudad en la Época Visigoda*, Vol. 9, pp. 41-62. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional.
- PALOL, Pedro de (1949), «Ponderales y Exagia romanobizantinos en España». *Ampurias*, Vol. XI, pp. 127-150. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya.
- (1952), «De Exagia. Noticia de nuevos ponderales hallados en la Península Ibérica». *Ampurias*, Vol. XIV, pp. 217-218. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya.
- (1967), *Arqueología Cristiana de la España Romana (Siglos IV-VI)*, Madrid-Valladolid: CSIC.
- (1989), «La arqueología cristiana en la Hispania romana y visigoda. Descubrimientos recientes y nuevos puntos de vista». In *Actes du XIe congrès international d'archéologie chrétienne*, pp. 1975-2022. Roma: École Française de Rome.
- PINTO, Rui de Serpa (1929), «Museu de Martins Sarmiento. V. "Centipondium" de Belmonte». *Revista de Guimarães*, Vol. 39, pp. 173-176. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- PONTE, Salette da (1979), «Balanças e Pesos de Conimbriga». *Conimbriga*, Vol. XVIII, pp. 121-132. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- (2006), *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópio.
- POSAC MON, Carlos; PUERTAS TRICAS, Rafael (1989), *La Basílica Paleocristiana de Vega del Mar (San Pedro de Alcántara, Marbella)*. Málaga: Diputación Provincial de Málaga.
- QUARESMA, José Carlos e MORAIS, Rui (2012), «Eastern Late Roman fine ware imports in Bracara Augusta (Portugal)». In *27th Congress of the Rei Cretariae Romanae Fautores*, pp. 373-384. Belgrado. Acta 42.
- REAL, Manuel (2000), «Portugal: Cultura visigoda e cultura moçárabe». In *Visigodos y Omeyas: Un debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media*, Vol. 23, pp. 21-75. Madrid: CSIC. Anejos de Archivo Español de Arqueología.
- RIPOLL LÓPEZ, Gisela (1985), *La Necrópolis Visigoda de el Carpio de Tajo* (Toledo). Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1962), Elementos para o estudo da Romanização nos Montes Hermínios. I. As escavações da Póvoa de Mileu – Guarda, *Lucerna*, Vol. 2 (1-2), pp. 58-69. Porto: Centro de Estudos Humanísticos.
- RODRÍGUEZ RESINO, Álvaro (2005), *Do Imperio Romano á Alta Idade Media. Arqueoloxía da Tardeantigüidade en Galicia (séculos V-VIII)*. Noia: Editorial Toxosoutos, Serie Trivium.
- ROSÁRIO, Fr. António do (1973), «Catálogo do Museu Pio XII. Secção Lapidar». In *Falam Velhos Manuscritos*. Braga: Arquivo Histórico Dominicano.
- S/A (1953), «III Congresso Nacional Espanhol de Arqueologia». In *Revista de Guimarães*, Vol. 63, pp. 660-710. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- S/A (1953-54), «III Congresso Espanhol, de Arqueologia». *Bracara Augusta*, Vol. V, n.º 1-3 (26-28), pp. 215-234. Braga: Câmara Municipal de Braga.
- S/A (1990), «Estação Arqueológica de Santa Marta das Cortiças ou Falperra». In *Forum*, N.º 8, pp. 154-156. Braga: Universidade do Minho.
- SARMENTO, F. Martins (1933), «A propósito de castros», in *Dispersos*, Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 166 (datado de Guimarães, 20-Nov-1883 e publ. In *O Panorama Contemporâneo. Coimbra*. 1.º Ano, 1883).
- (1999), *Antiqua – Apontamentos de Arqueologia*, pp. 253-254. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- SCHLUNK, Helmut (1977), «Los monumentos paleocristianos de "Gallaecia", especialmente los de la provincia de Lugo». In *Actas del Colóquio Internacional sobre el Milenário de Lugo*, pp. 193-236. Lugo.
- SOARES, Franquelim Neiva (2003), «Sant'iago de Esporões – Capela de Santa Marta das Cortiças». *Bracara Augusta*, Vol. LI, n.º 106, pp. 89-182. Braga: Câmara Municipal de Braga.
- SOEIRO, Teresa (1984), «Monte Mozinho: Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana». Penafiel: *Boletim Municipal de Cultura*, 3.ª série, vol. 1, pp. 5-232. Penafiel: Câmara Municipal de Penafiel.
- SOUSA, J. J. Rigaud de (1968-1970), «A Estação Arqueológica da Falperra. Notas para a sua história». Sep. de *Arquivo de Beja*, Vol. XXV-XXVII. Beja: Câmara Municipal de Beja.
- TEIXEIRA, Carlos (1935), «Um pêso bizantino, inédito, de Braga». *Alto Minho. Revista ilustrada de Investigações Regionais. Arte, Arqueologia, Etnografia*, Vol. I, pp. 70-73. Viana do Castelo.
- (1936a), «Subsídios para o estudo da Arqueologia Bracarense. I. O Monte de Castro (*Castrum Maximum*)». *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, Vol. 21, pp. 231-254. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- (1936b), «Nótulas arqueológicas sobre a estação luso-romana de Fiães-da-Feira. I. Pondus romano». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 8, pp. 389-390. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- TORRES, Cláudio; *et alii* (1993), *Museu de Mértola. Basílica Paleocristã*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola.
- TRANOY, Alain (1981), *La Galice Romaine*. Paris: De Boccard.
- VARELA, José Manuel; MORAIS, Rui (2014), «Almofarizes tardios com revestimento vidrado interior do sítio do Monte Castêlo (Guifões – Matosinhos)». In MORAIS, Rui; FERNANDEZ, Adolfo; ASOUSA, Maria José (ed.), *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*, Vol. 2, pp. 407-415. Braga: Monografias Ex Officina Hispana.

VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (1989), *Las pizarras visigodas: edición crítica y estudio*, Vol. XXI. Murcia: Universidad de Murcia. Antiquedad y Cristianismo. Monografías Históricas sobre la Antiquedad Tardía.

WOLFRAM, Mélanie (2011), *Uma síntese sobre a Cristianização do mundo rural no sul da Lusitânica. Arqueologia – Arquitectura – Epigrafia*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 vols. (Diss. de Doutoramento, ed. policopiada).

NOTAS

- 1 Aproveitamos o ensejo para a agradecer todo o apoio do Museu D. Diogo de Sousa, em Braga.
- 2 As coordenadas decimais destes dois núcleos são as seguintes: Núcleo A: Lat.: 41,514465 °; Long.: -8,395269°. Núcleo B: Lat. 41,514226 °; Long.: -8,395638 °.
- 3 A título de comparação, registemos que a Basílica Paleocristã de Mértola tem 31,5 metros de comprimento e 17,6 metros de largura. A nave central tem 6,0 metros de largura, as naves laterais 4,4 metros de largura (Torres *et alii*, 1993: 39).

- 4 F. Russell Cortez referia-se à obra de Jean Lassus, então recentemente editada, *Sanctuaires Chrétiens de Syrie: Essai sur la genèse, la forme et l'usage liturgique des édifices de culte chrétien, du IIIe siècle à la conquête musulmane*, Paris, Geuthner, 1947.
- 5 Julgamos ser Pragança, Cadaval, onde Leite de Vasconcelos recolheu diverso espólio de um povoado «castrejo» com intensa romanização, e não de Bragança. Com efeito, Rui de Serpa Pinto (1929: 175) e Carlos Teixeira (1935: 71) registam «Pragança». Pedro de Palol (1949: 136; 1952: 217) e, na sua esteira, J. M. Bairrão Oleiro (1952), Francesca Chaves Tristán e Ruth Pliego Vázquez (2007: 247) e Carlos Fabião (2009: 38) optaram pela grafia «Bragança», associando à cidade transmontana.
- 6 A propósito, é importante sublinhar a pertinência de que se reveste a aplicação do termo «confederação». Na verdade, este tipo de entidade assume-se como uma espécie de coligação fluida e heterogénea, na medida em que integra indivíduos de distintas origens e filiações étnicas. Para o caso concreto da «confederação» sueva, algo problemática em termos de identidade, Peter Heather sugere a probabilidade de a sua criação remontar aos tempos de formação do Império Romano. Abarcando, fundamentalmente, os quadros e marcomanos estabelecidos a oeste dos Cárpatos, no Danúbio Médio, terá logrado concertar o conjunto de «forças» dispersas que, já agregadas sob uma égide comum, viria a transpor o Reno Superior no final do ano 406 (Heather, 2009: 124; 174).
- 7 Neste ponto, assinalamos as semelhanças que apresenta face a um dos botões exumados no sepulcro 89, onde surge associado a uma fivela de aro ovalado e fuzilhão escutiforme (Ripoll López, 1985: 77). Também no 209 ocorre exemplar idêntico, associado, desta feita, a duas fivelas de aro igualmente ovalado, uma das quais profusamente decorada com incisões (Ripoll López, 1985: 147).
- 8 Nele se destaca uma inscrição opistógrafa – ou seja, distribuída por ambas faces do suporte –, cujos caracteres latinos cursivos se combinam para amaldiçoar *Serpentius*, escravo de *Rufina*, condenando-o a ser acometido por uma doença (Morais, 2010: 138-139). O segundo exemplar de Maximinos, mais pequeno, também opistógrafa, encontra-se no Museu Pio XII (MPXII.LIT.1004 – cf. Fontes *et alii*, 2009: 92-93).